

EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS



Sindicato realizou audiência pública para alertar a população sobre importância da Caixa e Banco do Brasil para os municípios de sua base territorial e os riscos que correm os cidadãos com desmonte imposto pelo governo Temer

Construção civil paralisada pela falta de crédito. Sonho da casa própria vira pesadelo com alta de juros. Preços cada vez mais caros tiram comida da mesa do brasileiro. Sem recursos para financiar educação. Brasil retrocede décadas em saúde e saneamento básico. Essas são apenas algumas das manchetes possíveis se os bancos públicos forem ainda mais enfraquecidos ou privatizados.

Para debater esses riscos e a importância dessas instituições para o país, o Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região realizou, em 18 de outubro, uma audiência pública na Câmara Municipal de Catanduva. A atividade ocorreu a pedido do vereador Amarildo Davoli (PSB), atendendo solicitação do Sindicato.

Roberto Carlos Vicentim, presidente do Sindicato, alertou para a falsa ideia transmitida pelo governo de que as empresas públicas são ineficientes. “O desmonte dessas instituições faz parte de uma agenda que visa beneficiar grandes empresários e bancos privados, justamente os principais financiadores do golpe.”

“Entretanto, é inegável o papel fundamental do Estado no desenvolvimento. Apenas em Catanduva, Caixa e BB são responsáveis por 85,89% de

todo o crédito bancário disponível no município.”, exemplificou Antônio Júlio Gonçalves Neto, diretor do Sindicato e funcionário da Caixa.

A atividade contou ainda com a presença dos diretores da Fetec-CUT/SP Antônio Saboia Barros Junior e Rodrigo Franco Leite.

“Os bancos públicos tem tido um papel fundamental no processo de construção da soberania nacional, por meio da concessão de crédito para as áreas de habitação, agricultura familiar, educacional, entre outras. Ao contrário dessas instituições, bancos privados visam apenas a lucratividade e não se preocupam em promover o crescimento da economia aliado ao desenvolvimento de todo o país. Por isso, além de dialogar com o funcionalismo, há também a necessidade de debater com a população para que todos visualizem as perdas com o processo de privatização do patrimônio público e o quanto isso nos deixaria ainda mais reféns dos interesses do capitalismo”, ressaltou Rodrigo.

Saboia enfatizou a necessidade dos bancários assumirem sua responsabilidade na participação de atividades desenvolvidas pelo Sindicato e pelo Comitê em Defesa das Empresas Públicas, engajando-se não apenas na defesa

de seus empregos e direitos, mas sobretudo, pela importância que essas instituições tem para o desenvolvimento da economia local, do estado e do país.

Para reagir contra o desmonte e a venda do patrimônio do povo, além da audiência, a luta também está nas ruas, com ações do Sindicato como panfletagem em locais públicos e reuniões em unidades bancárias lotadas na base territorial da entidade. O Sindicato, representado pelos diretores Júlio Mathias, Paulo Franco e Sérgio Luís de Castro Ribeiro (Chimbica) também participou no dia 03, no Rio de Janeiro, de uma grande mobilização organizada pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas contra as privatizações e em defesa da soberania nacional. Também estão sendo realizadas em toda região coletas de assinaturas para o abaixo-assinado da “Campanha Nacional Pela Anulação da Reforma Trabalhista”.

Junte-se a nós pela defesa dos bancos públicos e faça sua parte nessa luta fundamental para a categoria bancária e toda sociedade!

Veja mais sobre defesa dos bancos públicos em BANCARIOSDECATANDUVA.COM.BR



MENSAGEM AO LEITOR

Roberto Vicentim
Presidente

Seja no sonho da casa própria, na faculdade dos filhos, na saúde, na indústria, nas pequenas e médias empresas, sempre tem um banco público por trás. Eles são responsáveis por 56% do crédito no país, percentual que vem crescendo muito desde a crise de 2008, quando a atuação dessas instituições foi fundamental para amenizar os impactos da crise no Brasil.

Privatizar instituições como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil significa mais desemprego e menos crescimento para o país, que perde com o fim do pagamento de programas sociais e do crédito para infraestrutura. Será a piora da economia dos municípios e da condição de vida dos seus cidadãos.

O desmonte do patrimônio brasileiro é mais um golpe contra os trabalhadores. Por isso, não só a categoria bancária, mas toda a sociedade deve se unir para barrar a privatização dessas empresas estratégicas para o país. Temos de fortalecer os bancos públicos para rebaixar o spread bancário e elevar o crédito com garantia de aplicação em áreas prioritárias.

A disposição para resistência dos trabalhadores já rende frutos: graças à mobilização de todos, população e movimento sindical, foi adiada a votação que pretendia alterar o estatuto da Caixa, transformando-a em Sociedade Anônima.

Estamos nas ruas e vamos nos mobilizar cada dia mais em defesa dos direitos da classe trabalhadora e contra mais um golpe do governo Temer. Se tem banco público, tem desenvolvimento. Essa luta é de todos. Participe!

▶ Campanha CUT

Sindicato coleta assinaturas pela anulação da reforma trabalhista

Campanha foi lançada pela CUT e pretende reunir 1,3 milhão de assinaturas

A lei da Reforma Trabalhista, que acaba com os direitos dos trabalhadores, entrará em vigor em 11 de novembro de 2017. Para impedir que esta lei nefasta passe a valer, a CUT lançou, no dia 7 de setembro, uma Campanha Nacional pela Anulação da Reforma Trabalhista, cujo principal instrumento é um abaixo-assinado em apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) que revoga a lei da reforma aprovada por Temer.

Em apoio à Campanha, o Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região está percorrendo agências de sua base para debater com bancários, clientes e usuários os principais pontos da reforma e coletar assinaturas em favor do projeto.



Diretores em ação pública pela revogação da Reforma Trabalhista no dia 13 de outubro



Para intensificar a ação e ampliar o diálogo com a sociedade, o Sindicato também foi às ruas e organizou um ponto de coleta na Praça da República, região central de Catanduva. No local foi montado um espaço para que a população pudesse assinar o documento e tirar dúvidas sobre a reforma, as consequências e prejuízos para os trabalhadores.

“O desmonte de Temer retira direitos, não cria empregos e só vai aumentar os lucros de quem já ganha tanto no país. É por isso que só banqueiros e grandes empresários apoiam esse desmonte. Por isso, é fundamental que toda a sociedade colabore com a Campanha e assine o documento”, disse Carlos Alberto Moretto, diretor do Sindicato.

▶ Profissionalização

Sindicato conclui curso preparatório para CPA-20



Uma nova turma de bancários concluiu, no dia 17 de outubro, o curso preparatório para a Certificação Profissional ANBIMA (CPA-20). O curso é uma parceria entre o Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região e a empresa Fávoro Cursos.

O curso teve a adesão de

20 bancários e profissionais da área financeira. As aulas aconteceram de 02 a 17 de outubro, das 19h às 22h30, nas dependências do Sindicato.

O secretário geral do Sindicato Júlio César Trigo destacou a importância da entidade estar junto da categoria, entendendo as necessidades e proporcio-

nando o aperfeiçoamento dos bancários com a oferta de cursos de capacitação profissional.

“Profissionais de todas as áreas precisam se aperfeiçoar, e o mercado de trabalho exige esse aprimoramento da categoria bancária. A procura foi excelente, demonstrando o interesse dos bancários em se qualificar”, avaliou Trigo.

Os cursos preparatórios da CPA-20 da ANBIMA se destinam a certificar profissionais que querem atuar ou atuam na oferta e venda de produtos de investimento diretamente junto aos clientes bancários nos segmentos de Varejo Alta Renda, Private Banking, Corporate e Investidores Institucionais.

► Seus Direitos

Como ficam as sétima e oitava horas após a reforma trabalhista?

É prática comum nos bancos alegar cargo de confiança para não pagar as sétima e oitava horas a mais na jornada dos bancários. Quando essa situação é contestada na Justiça, via de regra os trabalhadores têm ganho de causa.

Muitos bancários afetados por essa “maquiagem” em suas jornadas de trabalho estão preocupados sobre como vai ficar o direito deles, após as mudanças da Lei 13.467/2017, da reforma trabalhista de Temer. A nova legislação prevê, dentre outros absurdos, quitação do contrato de trabalho. Ou seja, se o trabalhador assinar esse termo no ato de demissão,

não poderá recorrer mais à Justiça. Nesse caso, perderia o direito de receber as sétima e oitava horas extras.

Os direitos dos bancários de todo o Brasil estão garantidos pela CCT até setembro de 2018. E o movimento sindical já enviou à federação dos bancos um termo de compromisso, no qual reafirma que não vai aceitar retirada de direitos.

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região possui ajuizada duas ações para requerer o pagamento das 7ª e 8ª horas para os cargos de assistente no Banco do Brasil e tesoureiro na Caixa Econômica Federal.

Roberto Carlos Vicentim, presi-

dente do Sindicato, atenta para a importância da entidade na garantia e manutenção dos direitos. “Neste mo-

mento de ameaças, é fundamental que o trabalhador possa contar com quem realmente luta por seus direitos.”

Entenda o direito: De acordo com a cláusula oitava, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários, as horas extras devem ser pagas com valor adicional de 50%. “Quando prestadas durante toda a semana anterior, os bancos pagarão também o valor correspondente ao repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados”, é o que informa o 1º parágrafo da cláusula.

Para se livrar desses pagamentos, as empresas afirmam exercerem os trabalhadores cargos de confiança que alterariam a jornada oficial da categoria de seis horas para oito horas diárias. Assim, não haveria incidência desses extras. Quando são demitidos dos bancos, os bancários recorrem à Justiça. O assunto é tão recorrente que até existem Comissões de Conciliação Voluntária (CCVs) composta por bancos e sindicatos, no intuito de resolver essas causas por intermédio de acordo, antes de os ex-empregados terem de recorrer a ações judiciais.

► Jurídico

Bancários podem contar com assistência jurídica gratuita pelo Sindicato



Os advogados Vitor Monaquezi Fernandes e Alexandre Henrique De Chiara

O Departamento Jurídico do Sindicato promove assistência jurídica que visa a melhoria e a proteção dos direitos da categoria. E para melhor defender os trabalhadores, ganhou recentemente um reforço. A entidade conta agora com dois advogados: Vitor Monaquezi Fernandes e Alexandre Henrique De Chiara, profissionais habilitados para orientar os bancários em temas trabalhistas e previdenciários.

Nos conflitos trabalhistas, o Sindicato oferece a seus filiados assistência jurídica sem quaisquer custos. Além das ações individuais, o Jurídico também atua em demandas coletivas com grande potencial de benefício para categoria, acompanha homologações das rescisões contratuais e promove aconselhamento do bancário acerca dos seus direitos.

Exemplo disso são as ações co-

letivas que o Sindicato possui pleiteando o pagamento do intervalo da mulher para as bancárias. As ações movidas contra o Santander e o Bradesco já tiveram suas sentenças reformadas pelo TRT-15 com a condenação de ambos os bancos ao pagamento do intervalo para todas as bancárias que possuem controle de jornada e realizaram horas extras. As instituições recorreram para o TST na 3ª instância, mas o Bradesco, por exemplo, teve seu recurso barrado.

O Sindicato ainda possui ações pleiteadas contra o Banco do Brasil, Caixa, Itaú, HSBC e Mercantil em fase de julgamento no TRT.

Os bancários que tiverem dúvidas sobre as ações ou precisarem entrar em contato com o Jurídico, o atendimento ocorre na sede do Sindicato, à Rua Pernambuco, 156, às quartas e quintas-feiras das 9h às 17h.

► Bancos Públicos

O BRASIL PRECISA DOS BANCOS PÚBLICOS



A preocupação dos bancos públicos vai muito além da busca exclusiva do lucro, ao contrário dos privados

1

Os bancos públicos são essenciais por que oferecem crédito com juros mais baixos principalmente para as regiões e classes mais pobres que não interessam aos bancos privados.

7

Os estudantes de baixa renda só podem cursar faculdade privadas graças aos bancos públicos, que são agentes financeiros do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

2

Os bancos públicos são necessários para viabilizar políticas econômicas e sociais de governo e para financiar setores e segmentos específicos.

8

Cerca de 70% da comida que chega à mesa dos brasileiros provém do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), financiado pelos bancos públicos. Sem eles a comida virificaria mais cara.

3

O crédito dos bancos públicos estimula o setor produtivo a abrir mais vagas de emprego e aumentar o bem-estar social.

9

Os bancos públicos são os únicos a abrirrem agências em algumas cidades ou bairros populares e mais afastados dos centros ricos das cidades.

4

Rodovias, ferrovias, usinas hidroelétricas e outras obras de infraestrutura são financiadas, em sua maioria, pelos bancos públicos.

10

Os bancos públicos contribuem fortemente para o sonho da casa própria, por terem as melhores condições, prazos e taxas de juros.

5

Os bancos públicos abrem portas em larga escala, sem cobrar tarifas, com o objetivo de promover a inclusão bancária e social.

11

O BNDES tem desempenhado o papel de banco financiador do desenvolvimento. Financia máquinas, veículos e equipamentos para a agricultura, comércio e indústria brasileira crescer.

6

Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Pro Jovem, Fomento e outros programas sociais são viabilizados pelos bancos públicos, em parceria com o governo federal.

►Caixa

Governo Temer quer anunciar privatização da Caixa Econômica Federal no fim do ano. Não podemos permitir!

Taxar grandes fortunas, fazer uma reforma tributária que arrecade mais de quem ganha mais, cobrar dívidas de bancos e outras grandes empresas com a União. Não são poucas as saídas que o governo federal poderia encontrar para fazer frente à crise que o país, como o resto do mundo, atravessa. Mas as únicas que Temer e sua equipe buscam vão sempre contra o povo brasileiro.

O Relatório Reservado do dia 9 de outubro informou que o governo federal já decidiu privatizar a Caixa e fará o anúncio oficial no final do ano, depois da privatização da Eletrobras. De acordo com o “jornal digital”, que é voltado para o mundo empresarial, “a respon-

sabilidade pelo destino da privatização está nas mãos de Gilberto Occhi”.

O diretor do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, Antônio Júlio Gonçalves Neto, ressalta a importância dos bancos públicos e da mobilização, sobretudo dos empregados, contra a privatização dessa e de outras instituições fundamentais para o desenvolvimento do país. “Não podemos admitir a volta de políticas neoliberais, que ameaçam o bem-estar social e a estabilidade econômica, que emperrarão o desenvolvimento, promoverão ainda mais desemprego e aumento da desigualdade social. Já assistimos a esse filme nos anos 1990 e sabemos o quanto isso é prejudicial para os trabalhadores no Brasil.”

Avotação da proposta que altera o estatuto da Caixa, prevista para ocorrer no dia 18, durante reunião do Conselho de Administração (CA) do banco, foi adiada. O recuo é positivo e fruto da mobilização dos empregados, com a ação do movimento sindical.

Há várias alterações polêmicas propostas para o estatuto; entre elas, mudanças que interferem no direito dos trabalhadores e uma transformação substancial, fazendo com que a instituição se torne sociedade anônima – S/A. O objetivo do governo ao tornar a Caixa uma empresa S/A cumpre a função de facilitar,

em um futuro próximo, a abertura de capital do banco, com a consequência imediata de perda de seu papel de gestor dos mais importantes programas sociais do País, que tendem a diminuir ou mesmo desaparecer, já que o único interesse dos acionistas é o lucro, e eles não têm compromisso com a população e com a melhoria das condições sociais.

A verdade é que o governo Temer quer entregar o patrimônio público para o capital privado em troca da manutenção do seu mandato e, sendo assim, age com pressa. Mas a Caixa é um banco que está à frente do desenvolvimento do país, e precisa continuar assim!

Saúde Caixa também está sob ameaça concreta do governo



nisterial de Governança Corporativa e Administrativa de Participações Societárias da União (CGPAR), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contendo propostas com novos parâmetros para planos de saúde nas empresas estatais federais.

O diretor do Sindicato e também diretor da APCEF/SP, Antônio Júlio Gonçalves Neto, explica que, no momento em que a premissa do governo é não mais haver aporte para investimentos, a direção do banco intensifica seus ataques aos empregados e à própria instituição por meio da redução brutal do quadro de trabalhadores, fechamento de agências e agora também ataques ao Saúde Caixa.

“O governo prepara um pacote de medidas para acabar com os planos de saúde oferecidos por empresas estatais a seus empregados. E o primeiro a entrar na mira do governo é o Saúde Caixa. Com essas mudanças, o que se pretende é transferir os custos do plano para os usuários e aumentá-los consideravelmente. É fundamental que os empregados ampliem a mobilização em favor do plano e da Caixa 100% pública”, enfatiza Tony.

Defender o atual modelo de custeio do Saúde Caixa, conquistado por meio de muita luta desde 2004, é o principal objetivo que mobiliza todos os usuários do plano – empregados da ativa e aposentados, e seus dependentes.

Governo e direção da empresa estão empenhados em convencer os usuários do Saúde Caixa de que mudanças no modelo são necessárias para a manutenção do plano. O que não corresponde à verdade, pois o Saúde Caixa é sustentável e, inclusive, a direção do banco reconhece o superávit com valor acumulados em R\$ 670 milhões até o fechamento do exercício de 2016.

Recentemente, vazou nas redes sociais uma minuta de resolução, elaborada pela Comissão Inter-

Sobe arrecadação das loterias que governo Temer quer privatizar



Arrecadação da Caixa subiu no acumulado do ano. O montante de R\$ 9,97 bilhões entre janeiro e setembro foi o maior dos últimos cinco anos, representando aumento de 28% em relação a 2012. E não se destina somente aos prêmios de apostadores, mas também financia ações nas áreas de saúde, previdência, assistência social, esporte, cultura, educação e segurança pública.

Mesmo com o excelente resultado, o governo pretende organizar um leilão para repassar a administração da Lotex, a loteria conhecida como “raspadinha”, para a iniciativa privada. Até julho, a estimativa era de que a concessão da Lotex poderia arrecadar R\$ 4 bilhões, valor agora diminuído para R\$ 2 bilhões.

“Ao contrário da ideia que o governo está tentando nos passar, os

dados demonstram que as loterias constituem sim um serviço lucrativo e importantíssimo para o país, pois financiam áreas e programas que beneficiam toda a sociedade. Se Temer conseguir privatizar esse serviço, esses lucros serão exclusivos dos controladores das loterias, e não mais aplicados em benefício de toda a população”, alerta o diretor do Sindicato Tony Gonçalves.

Somente em 2016, as loterias operadas exclusivamente pela Caixa arrecadaram R\$ 12,9 bilhões, dos quais R\$ 4,8 bi foram transferidos para programas sociais. Desse total, 45,4% foram para a seguridade, 19% para o Fies, 19,6 % para o esporte nacional, 8,1% para o Fundo Penitenciário Nacional, 7,5% para o Fundo Nacional de Cultura e 0,4% para o Fundo Nacional de Saúde.

Poupança – A captação líquida com poupança da Caixa também subiu e foi de R\$ 1 bi em setembro. O valor é quase metade dos R\$ 2 bi arrecadados em todo o ano de 2017. Entre janeiro e abril, os resultados estavam negativos. Mas, a partir de maio, houve mudança com superávits chegando ao recorde do ano no mês de setembro.

► Caixa

Sindicato promove uma série de ações para informar a população sobre a importância do banco público e os riscos da privatização para a sociedade



Agência Monsenhor Albino

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região iniciou uma série de reuniões nas agências da Caixa lotadas em sua base territorial para reforçar a Campanha em favor dos bancos públicos, debater os prejuízos das reformas trabalhista e previdenciária e para

dialogar com bancários sobre a importância da união dos trabalhadores na luta contra a retirada de direitos promovida pelo governo Temer.

A agenda de atividades teve início no dia 25 de setembro e segue até o final do mês de outubro.

“Ressaltamos a importância da mobilização da categoria na luta em defesa dos bancos públicos, fundamentais para a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social do país, e que estão na mira dos planos de privatização do governo. A direção da Caixa vem mostrando

cada vez mais descaso com os seus empregados. Falamos das muitas mudanças internas que estão acontecendo e a necessidade dessas informações chegarem ao Sindicato.”

Tony ainda destacou que a defesa dos bancos públicos tem de ser feita por toda a população brasileira, sobretudo pelos menos favorecidos, os principais prejudicados com este retrocesso. “Vamos construir novos caminhos, mas é fundamental a unidade de todos os trabalhadores. Estamos sob ataque e precisamos resistir.”



Agência José Bonifácio



Agência Catanduva (Centro)



Agência Borborema



Agência Itápolis



Agência Santa Ernestina



Agência Novo Horizonte



Agência 14 de Abril



Agência Ibitinga

► Banco do Brasil

Diretoria do BB acaba com a GDP e Radar

Segundo a DISUD, as análises de desempenho serão critérios definidos apenas pelos superintendentes; bancários criticam abandono de ferramentas de avaliação para o uso de critérios subjetivos

A Diretoria de Distribuição Sudeste (DISUD) anunciou recentemente através de reuniões com os superintendentes e gerentes gerais que o banco está aposentando as ferramentas de Gestão de Desempenho por Competências (GDP) e o Radar do Gestor como ferramentas de avaliação de desempenho dos funcionários.

De acordo com informações divulgadas pela diretoria do BB, de agora em diante as análises de desempenho serão critérios definidos pelos superintendentes, de acordo apenas com a ordem do diretor.

Quem não se adequar pede pra sair

Após realizar dez descomissionamentos em um mesmo dia, a Diretoria de Distribuição do Sudeste (DISUD) passou a transmitir em reuniões a mensagem de que essa é a nova ordem da casa. Expressões do tipo “quem não se adequar, pede para sair” foram confirmadas por gerentes de agências de estados do Sudeste do Brasil como ditas pelo Diretor da DISUD para serem repassadas aos demais funcionários.

Para quê existe a nota média?

O Acordo Coletivo de Trabalho assinado entre o Banco do Brasil e as entidades sindicais prevê em sua Cláusula 45ª que, para descomissionamento, deverão ser observados três ciclos avaliatórios insatisfatórios consecutivos. O conceito da cláusula desde a sua origem foi de ter uma média de GDP para fazer a análise. O banco passou a divergir destes conceitos de média, alegando que, com a auto avaliação e avaliação dos pares, a nota média vai ficar alta nos critérios de desempenho considerados pelo Banco do Brasil, que não são claros para os avaliados.

A ferramenta GDP, aposentada pela DISUD, prevê e deixa visível a nota média dos avaliados. A Diretoria do BB, para efetuar cortes e descomissionamentos, passou a desconsiderar a nota média e usar apenas uma nota insatisfatória em qualquer competência como critério. Houve casos de funcionários com notas suficientes que foram descomissionados porque constava na sua avaliação contínua uma anotação negativa.



Dessa forma, a diretoria deixa de considerar a avaliação e considerará apenas as anotações como critério, contrariando toda a cultura de avaliação do banco desenvolvida há anos.

Luiz Eduardo Campolungo, diretor do Sindicato, critica a nova forma de avaliação adotada. Para ele, a ferramenta está sendo utilizada de maneira equivocada ao usar critérios subjetivos e discricionários do

gestor para efetuar cortes nos cargos.

O diretor ressalta que o Sindicato, por meio de seus representantes na Contraf-CUT e na Comissão de Empresas dos funcionários do BB, reivindica a instalação de uma mesa de negociação sobre GDP e que o banco volte a adotar essa ferramenta como critério de avaliação, ao invés de deixar as pessoas à mercê da vontade de um superintendente ou diretor.

BB perde de novo e Justiça mantém pagamento de função



Injusto com seus funcionários, o Banco do Brasil mais uma vez tentou se eximir de incorporar aos salários dos empregados as comissões recebidas por dez anos ou mais e suprimidas ilegalmente em decorrência da reestruturação da empresa, iniciada em novembro de 2016.

A tentativa, dessa vez, se deu

junto ao Tribunal Superior do Trabalho. A direção do BB ingressou com correição parcial com o objetivo de cassar a decisão proferida em mandado de segurança pelo TRT 10. Assim, o TST manteve os efeitos da tutela de urgência antecipada na ação civil pública movida pela Contraf-CUT, com abrangência nacional, a qual determinou que o banco volte a pagar a gratificação de função aos empregados que a recebem ou receberam por 10 anos. Caso não obedeça, foi estabelecida pena de multa diária de R\$ 1.000 por empregado que sofrer a lesão.

Na decisão, publicada no dia 18,

o corregedor da Justiça do Trabalho, ministro Renato de Lacerda Paiva, ressaltou que “o fundamento principal sustentado pelo requerente, ao excluir a gratificação de função, foi a reorganização institucional realizada no âmbito interno da instituição, a qual seria o ‘justo motivo’ de que trata a Súmula nº 372 desta Corte para afastar aquele direito”.

Segundo a decisão do TRT, os bancários devem aguardar o prazo estabelecido de 60 dias após a concessão do mandado de segurança, expedido em 5 de outubro, para que os trabalhadores comecem a ser pagos. Ainda cabe recurso.

Para o presidente do Sindicato Roberto Carlos Vicentim, trata-se de uma conquista importantíssima contra o desmonte do BB e que preserva a estabilidade financeira dos empregados. O presidente também ressalta que a entidade está atenta às ações do banco e permanecerá firme na luta em defesa dos direitos dos bancários.

“A gestão do banco busca restringir a atuação sindical na defesa dos interesses coletivos da categoria, além do direito constitucional de ação pelos bancários, mas não vamos permitir. Reestruturar e descomissionar quem já tem mais de dez anos na função não pode!, finaliza Vicentim”

► Santander

Sindicato cobra banco Santander sobre horas extras, férias e o fim das metas abusivas

O presidente do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região Roberto Carlos Vicentim e os diretores Aparecido Augusto Marcelo e Júlio César Trigo reuniram-se no dia 18 de setembro, em São José do Rio Preto, com o Superintendente Regional do Santander Edson Alexandre Biazzini e o Superintendente Regional de Atendimento Márcio A. T. Schiavon, para retomar as discussões sobre condições de trabalho nas agências do banco espanhol.

O encontro teve como objetivo discutir a compensação irregular de horas extras, a imposição de metas abusivas e o direito ao gozo de trinta dias de férias sem fracionamento.

Aparecido Augusto Marcelo explica que o volume de trabalho tem aumentado muito nas agências em função das demissões e da extensão do horário de trabalho. Essa iniciativa gera sobrecarga aos funcionários e causa consequências diretas no emprego, jornada, organização de trabalho e, principalmente, na qualidade de vida dos trabalhadores.

De acordo com o diretor, o Sindicato tem recebido denúncias de que o excesso de trabalho tem obrigado os bancários a cumprir hora-extra e, como o banco penaliza as unidades em que há trabalho além da jornada, são forçados a compensar. Mas a compensação não tem sido favorável aos empregados.

“O bancário é impedido de propor ao seu gerente a compensação num dia em que tenha algum compromisso. Em algumas agências ela está sendo realizada com a dispensa do funcionário nos dias de menor movimento ou até mesmo ao chegar ao local de trabalho, sem a comunicação prévia para que ele possa se programar”, relata o diretor.

As denúncias também se referem ao impedimento ou coação pelos gestores para que os funcionários não façam uso do direito legal de tirar trinta dias seguidos de descanso.

“O trabalhador tem a garantia de tirar suas férias em trinta dias, ou, se preferir, folgar vinte dias e vender os outros dez. E os gestores não

têm qualquer poder sobre essa decisão. É um direito previsto por lei.”

Na ocasião, os dirigentes sindicais também cobraram o banco sobre o fim da imposição de metas individuais e abusivas, que podem gerar pressão excessiva, estresse e o adoecimento da categoria, caracterizando práticas de assédio moral.

“A luta do Sindicato por melhores condições de trabalho e em defesa da saúde dos bancários do Santander é constante. Continuaremos buscando a suspensão de qualquer iniciativa que não leve em conta os direitos da categoria bancária e sua integridade física e mental”, defende Roberto Carlos Vicentim, presidente do Sindicato.

► Itaú

Após reivindicação do Sindicato, agência do Itaú Monte Alto passa por ampliação



Funcionários, clientes e usuários do Itaú Monte Alto já dispõem de um novo espaço para realizar seus serviços bancários. Após reivindicação do Sindicato, o local onde funciona a agência passou por reforma para atender o público com mais agilidade e conforto, e oferecer melhores condições de trabalho aos seus bancários.

Em 2016, o banco anunciou o fe-

chamento de 207 agências em todo o país. Entre elas estava a unidade localizada à Rua Nhonhô do Livramento, nº 1752 (antigo Unibanco), que teve seus serviços encerrados no dia 06 de fevereiro deste ano sem nenhum aviso prévio aos funcionários, aos representantes sindicais e à população. À época, o banco afirmou que era inviável manter duas agências em expe-

diente em uma cidade com 50 mil habitantes. Entretanto, inúmeros problemas surgiram desde então.

Segundo Aparecido Augusto Marcelo, diretor do Sindicato, alguns funcionários foram transferidos para a agência que restou, sem que fosse realizada adequações necessárias do espaço para receber e alocar o pessoal. “Com a falta de espaço, clientes tinham de fazer filas na rua para esperar por um atendimento precarizado em relação ao tempo e à qualidade”, relatou o dirigente.

Diante da situação caótica imposta pelo banco, a 158ª subseção da OAB em Monte Alto registrou uma representação na Justiça. O documento citava a “ineficiência dos serviços prestados e o descontentamento generalizado da população de Monte Alto quanto ao atendimento fornecido pela instituição financeira nos terminais de autoatendimento, caixas e pessoalmente.”

Preocupado com a integridade física dos trabalhadores, Carlos Alberto Moretto, diretor do Sindicato e funcionário do Itaú, enviou ao setor de Relações Sindicais do banco cópia da matéria do jornal Tempo, de Monte Alto, em que consta a representação da OAB, para que a instituição tomasse ciência dos problemas apresentados e cobrando a ampliação do local.

Após solicitação, a unidade passou por reforma e hoje conta com uma capacidade maior de atendimento. “A agência foi ampliada e foram instalados mais caixas eletrônicos. A unidade também dispõe agora de uma porta giratória reinstalada na entrada do local, o que garante mais segurança para os bancários e para a população em geral. A ampliação da agência é mais uma conquista do Sindicato em prol dos trabalhadores e da sociedade”, comemora o diretor Marcelo.

► Sindicato

É muito bom ser sindicalizado. Sindicalize-se já!

Fortaleça sua classe na luta em favor dos direitos e desfrute dos benefícios

Frente às ofensivas sistemáticas aos direitos dos trabalhadores, somente a união poderá permitir a manutenção dos direitos já adquiridos e a reivindicação de melhores condições sociais. E só fazendo parte de uma organização é possível ter um papel ativo na defesa desses direitos e na tentativa de melhoria das condições de exercício da profissão.

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região é uma das mais importantes entidades de representação de trabalhadores. A instituição possui uma base territorial que conta com 36 cidades e tem uma estrutura montada para atender, exclusivamente, o bancário sindicalizado. E é com essa estrutura que a entidade garante a defesa dos direitos dos trabalhadores não apenas nas campanhas nacionais, mas também durante todo o ano com ações educativas, atividades, protestos, negociações com setores específicos ou com as direções dos bancos.

Quem é sindicalizado também tem acesso periodicamente ao jornal Informação Bancária e a diversos serviços como orientação e apoio jurídico, uma extensa rede de convênios que garante descontos no comércio e em serviços e eventos, além de atividades culturais, sociais e esportivas, com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento cultural dos trabalhadores. A categoria é a única com uma Con-

venção Coletiva Nacional, que garante aos bancários de todo o país os mesmos direitos e benefícios, independente da localidade. Como resultado da atuação dos sindicatos, pode-se citar a implementação da política de aumento real, valorização dos pisos, evolução anual na PLR, programas contra discriminação e de combate à violência organizacional.

Além de ser representado por quem realmente luta por seus direitos, o bancário sindicalizado ainda pode ser contemplado com vários prêmios por contribuir com o fortalecimento da luta pela categoria.

Este ano, em comemoração ao Dia dos Bancários, o Sindicato premiou 12 bancários sindicalizados com cheques de R\$ 250,00, kits de tratamentos estéticos oferecidos pela Aesthetic Laser e um delicioso bolo ofertado pela CHS Informática, empresas parceiras da entidade.

Dezenas de prêmios também foram sorteados pela Fetec-CUT/SP devido à Campanha de Sindicalização, entre eles uma Smart TV 32', um vale-viagem no valor de R\$ 1500,00 e um head fone. Ao final da campanha, no dia 29 de novembro, ocorrerá ainda o sorteio de um carro zero km.

Sindicalize-se também! Ao sindicalizar-se, você assume o seu papel de protagonista nas lutas e conquistas da sua categoria. A unidade é o que nos torna forte e o sindicato é o nosso principal elo de união e transformação.



Sandra H. Verdenho (BB Ibitinga)



Érica C. Soarez (CEF Catanduva)



Ademir C. de Souza (CEF Urupês)



Marcio A. Pinheiro (BB Tabapuã)



Gianda Maria Luzzi (BB PSO)



Patrícia D. Marsara (HSBC M. Alto)



Cristiane Tsumoda (Itaú N. Horizonte)



Ingrid Dusso (Santander Pindorama)



Kelen Amaral (Santander Cedral)



Ione D. M. Pelinson (BB Tabapuã)



**ATENÇÃO BANCÁRIO
SINDICALIZADO!
VOCÊ PODE FATURAR
UM CARRO NO DIA
29 DE NOVEMBRO**

Imagem meramente ilustrativa